



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

LEI Nº 880 DE 19 DE JULHO DE 2006

PUBLIQUE-SE
NO LOCAL DE COSTUME
PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI
Em 19/07/06
RANIERE APARECIDO DE SOUZA
Chefe de Gabinete

AUTORIZA CONCESSÃO DE
DIREITO REAL DE USO DE BEM
IMÓVEL E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Ijaci aprovou e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder para empresas que manifestarem interesse em se instalar no município, o direito real de uso do imóvel constituído por uma área de terras situada no lugar denominado Limeira ou Campestre, no Município de Ijaci, com área de 10,5000 ha (dez hectares e cinquenta ares), confrontando com a Rodovia MG-335, Ijaci-Lavras, André Domingos do Nascimento Neto; herdeiros de Antônio de Pádua Lima; herdeiros de Francisco Gabriel de Lima; Olbers Magalhães; João Camilo; Rêmulo Tourino Furtini e Nelson Geraldo Rossi.

Art. 2º - Para efeitos da concessão de que trata o artigo anterior, o Poder Executivo Municipal poderá fracionar o imóvel descrito no artigo anterior para ampliar o número de concessionários.

Art. 3º - A concessão do direito real de uso de que trata esta lei será gratuita e pelo prazo de 20(vinte anos) a contar da assinatura do contrato administrativo, podendo ser renovado no interesse das partes.

Art. 4º - Para efeitos patrimoniais o imóvel de que trata o artigo 1º desta lei está avaliado em R\$ 230.000,00(duzentos e trinta mil reais).

Art. 5º - O imóvel concedido nos termos desta lei, bem como as benfeitorias porventura realizadas no imóvel no prazo da concessão,



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

cessadas as razões que justificarem a sua concessão ou se por qualquer motivo o concessionário deixar de cumprir as condições desta lei ou de exercer suas atividades no Município, reverterão ao patrimônio do Município, vedada a sua alienação pelo beneficiário, não havendo nenhuma indenização a ser reclamada.

Art. 6º - Para efeitos da concessão prevista nesta lei, o Poder Executivo Municipal deverá baixar o processo de licitação na modalidade indicada, podendo dispensá-la nos termos da Lei Orgânica Municipal, observado o interesse público.

Art. 7º - Em igualdade de condições será preferida como concessionária do direito a empresa que pela ordem, preencher os seguintes requisitos:

- I – previsão de maior arrecadação para o município
- II – previsão de maior número de empregos diretos
- III – previsão de maior número de emprego de mão de obra local
- IV – atividade com menor impacto ambiental
- V – outros critérios a serem definidos no ato de abertura da licitação.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ijaci
Em 19 de Julho de 2006.


MARIA HORACI DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal